

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO****Ata da Nonagésima Nona Sessão Ordinária do Tribunal
Regional Eleitoral de Pernambuco, no ano de 1998.**

1 Às dezessete horas do dia vinte e seis de outubro do ano de mil
2 novecentos e noventa e oito (**26.10.98**), nesta cidade do Recife,
3 Capital do Estado de Pernambuco, com a presença dos
4 Excelentíssimos Senhores: Presidente, Des. Luiz Belém de Alencar;
5 Vice-Presidente, Desembargador substituto Manoel Rafael Neto; Juiz
6 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr. José de Castro Meira;
7 Juiz de Direito, Dr. Mauro Alencar de Barros; Juristas, Dr. José Paes
8 de Andrade e Mário Gil Rodrigues Neto, comigo, Maria Inês Martins
9 Alecrim, Diretora Geral, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da
10 Sessão anterior, o Des. Presidente passou a palavra ao Juiz José Paes
11 de Andrade, que trouxe a julgamento, independente de pauta, os
12 seguintes feitos: **PROCESSO Nº 5042/98 – Classe VI – Recurso**
13 **Eleitoral Ordinário – 75ª Zona Eleitoral – Salgueiro**, no qual
14 Antônio de Pádua Parente Alencar, candidato a Deputado Estadual
15 pelo PTB, por seu advogado, recorre contra decisão da 102ª Junta
16 Apuradora (82ª Seção) que considerou nulo 01 (um) voto para o cargo
17 de Deputado Estadual, quando deveria ter sido computado para o
18 candidato de nº 14240. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do
19 voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso”;
20 **PROCESSO Nº 5041/98 - Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário**
21 **- 75ª Zona Eleitoral – Salgueiro**, no qual a Coligação “Frente
22 Popular de Pernambuco” – FPP, por seus advogados, recorre contra
23 decisão da 102ª Junta Apuradora (20ª e 50ª Seções) que considerou
24 nulos 02 (dois) votos para o cargo de Deputado Estadual, quando
25 deveriam ter sido contados para o candidato de nº 65401. DECISÃO:
26 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
27 negar provimento ao recurso”; **PROCESSO Nº 5047/98 – Classe VI**
28 **– Recurso Eleitoral Ordinário – 75ª Zona Eleitoral – Salgueiro**, no
29 qual a Coligação “Frente Popular de Pernambuco” – FPP, por seu
30 advogado, recorre contra decisão da 102ª Junta Apuradora que não
31 considerou 01 (um) voto para o candidato a Deputado Federal de nº
32 4004. Após o relatório, registra-se a presença do Juiz Ruy Trezena
33 Patu Júnior. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
34 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso”; **PROCESSO**
35 **Nº 5044/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 75ª Zona**
36 **Eleitoral – Salgueiro**, no qual a Coligação “Frente Popular de

37 Pernambuco” - FPP, por seu advogado, recorre contra decisão da 102ª
 38 Junta Apuradora (68ª Seção) que considerou 01 (um) voto nulo e 01
 39 (um) voto para a legenda de nº 40, na parte referente ao cargo de
 40 Deputado Federal, quando deveriam ter sido computados para o
 41 candidato de nº 4004 (Gonzaga Patriota). DECISÃO: “Por maioria,
 42 vencidos os Juízes Mauro Alencar e Manoel Rafael, e nos termos do
 43 voto do Juiz Relator, decidiu o TRE dar provimento ao recurso, para
 44 computar o voto constante da cédula de fl. 05 para o candidato a
 45 Deputado Federal, nº 4004. Em relação à cédula de fl. 10, também por
 46 maioria, vencido o Juiz Mauro Alencar, e nos termos do voto do Juiz
 47 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso”; e **PROCESSO**
 48 **Nº 5043/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 75ª Zona**
 49 **Eleitoral – Salgueiro**, no qual a Coligação “Frente Popular de
 50 Pernambuco” - FPP, por seu advogado, recorre contra decisão da 102ª
 51 Junta Apuradora (68ª Seção) que não considerou válidos 02 (dois)
 52 votos para o candidato a Deputado Estadual, nº 65401. DECISÃO:
 53 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 54 negar provimento ao recurso”. Com a palavra o Juiz Mauro Alencar,
 55 que trouxe a julgamento, independente de pauta, os seguintes feitos:
 56 **PROCESSO Nº 5064/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário**
 57 **– 76ª Zona Eleitoral – Serrita**, no qual a Coligação “União por
 58 Pernambuco” – UPE recorre contra decisão do Juiz que não acatou
 59 pedido de recontagem dos votos da 45ª Seção daquele município.
 60 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 61 decidiu o TRE remeter os autos à Junta Eleitoral de origem,
 62 competente para apreciar originariamente o pedido”; **PROCESSO Nº**
 63 **5055/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 74ª Zona**
 64 **Eleitoral – Mirandiba (São José do Belmonte)**, no qual Antônio de
 65 Pádua Parente Alencar, candidato a Deputado Estadual pelo PTB, por
 66 seu advogado, recorre contra decisão da 101ª Junta Apuradora (9ª e
 67 20ª Seções) que considerou nulos 10 (dez) votos para o cargo de
 68 Deputado Estadual, quando deveriam ter sido computados para o
 69 candidato Recorrente (nº 14240). DECISÃO: “Unanimemente, nos
 70 termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento ao
 71 recurso”; **PROCESSO Nº 5063/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
 72 **Ordinário – 76ª Zona Eleitoral – Serrita**, no qual Antônio de Pádua
 73 Parente Alencar, candidato a Deputado Estadual pelo PTB, por seu
 74 advogado, recorre contra decisão da 104ª Junta Apuradora (17ª, 19ª,
 75 23ª, 45ª, 71ª e 77ª Seções) que considerou nulos 16 (dezesesseis) votos
 76 para o cargo de Deputado Estadual, quando deveriam ter sido
 77 computados para o candidato “Toquinho”, registrado com a variação
 78 “T”. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 79 decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; e **PROCESSO Nº**
 80 **5054/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 74ª Zona**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a signature on the right.

81 **Eleitoral – Mirandiba (São José do Belmonte)**, no qual a Coligação
 82 “União por Pernambuco”, por seu Delegado, recorre contra decisão da
 83 101ª Junta Apuradora (8ª Seção) que considerou nulo 01 (um) voto
 84 para Deputado Federal, quando deveria ter sido computado para o
 85 candidato de nº 2525 (Inocêncio de Oliveira). **DECISÃO:**
 86 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 87 dar provimento ao recurso, para considerar válido o voto para o
 88 candidato de nº 2525”. Já com a presença do Dr. Francisco Rodrigues
 89 dos Santos Sobrinho, Procurador Regional Eleitoral, desta feita, o Juiz
 90 Trezena Patu trouxe a julgamento, independente de pauta, os seguintes
 91 feitos: **PROCESSO Nº 4950/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
 92 **Ordinário – 79ª Zona Eleitoral – Exu**, no qual a Coligação “União
 93 por Pernambuco” – UPE, por seu advogado, recorre contra decisão da
 94 108ª Junta Apuradora (76ª Seção) que considerou nulo 01 (um) voto
 95 para Deputado Federal, quando deveria ter sido computado para o
 96 candidato de nº 2525. Após o relatório, emitiu parecer oral o
 97 Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo improvimento do
 98 recurso. **DECISÃO:** “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 99 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso”; **PROCESSO**
 100 **Nº 5048/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 86ª Zona**
 101 **Eleitoral – Agrestina**, no qual as Coligações “União por
 102 Pernambuco” – UPE e “União pelas Mudanças”, por seu
 103 representante, e Maria Tereza Caminha Duere, candidata a Deputada
 104 Estadual pelo PFL, recorrem contra decisão do Juiz que não acatou
 105 pedido de recontagem de votos das 5ª e 44ª Seções daquele município.
 106 Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 107 opinando pela nulidade da decisão de 1º grau, uma vez que não houve
 108 a preclusão, devolvendo-se os autos para apreciação pela Junta
 109 Eleitoral. **DECISÃO:** “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 110 Relator, decidiu o TRE anular a decisão de 1º grau e devolver os
 111 autos para apreciação pela Junta Eleitoral, competente para julgar
 112 originariamente o pedido”; **PROCESSO Nº 238/98 – Classe III –**
 113 **Mandado de Segurança – 39ª Zona Eleitoral – Bonito**, no qual a
 114 Coligação “União por Pernambuco” - UPE, por seus advogados
 115 requer, liminarmente, seja garantida a realização de comício de
 116 encerramento da Coligação impetrante, no município de Bonito, às 20
 117 horas. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional
 118 Eleitoral, opinando pelo não conhecimento do *mandamus*, ante a falta
 119 de objeto. **DECISÃO:** “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 120 Relator, decidiu o TRE não conhecer do *mandamus*, ante a sua falta de
 121 objeto; determinando-se o arquivamento dos autos”; e **PROCESSO**
 122 **Nº 4901/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário, Recife**, no
 123 qual a Coligação “Muda Pernambuco” - MUPE, por seu advogado,
 124 recorre contra decisão do Juiz Coordenador da Propaganda que deferiu

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a signature with an arrow on the right.

125 direito de resposta à Coligação “União por Pernambuco” – UPE, no
 126 horário eleitoral gratuito (bloco noturno) da Recorrente, no tempo
 127 equivalente a 01 (um) minuto, observando-se o disposto no art. 58, §
 128 3º, inciso III, letra “f”, da Lei 9.504/97. Após o relatório, emitiu
 129 parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo não
 130 conhecimento do recurso, ante a falta de objeto. DECISÃO:
 131 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 132 não conhecer do recurso, ante a falta de objeto”; Com a palavra o Juiz
 133 Castro Meira, que trouxe a julgamento, independente de pauta, os
 134 seguintes feitos: **PROCESSO Nº 5073/98 – Classe VI – Recurso**
 135 **Eleitoral Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia**, no qual a
 136 Coligação “União pelas Mudanças”, por seus Delegados, recorre
 137 contra decisão da 175ª Junta Apuradora (6ª Seção) que considerou
 138 válidos 03 (três) votos para o candidato de nº 40211, quando deveriam
 139 ter sido computados para o candidato de nº 45156. Após o relatório,
 140 emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo
 141 não conhecimento do recurso, face à ilegitimidade da Recorrente.
 142 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 143 decidiu o TRE não conhecer do recurso, face à ilegitimidade da
 144 Recorrente”; **PROCESSO Nº 5074/98 – Classe VI – Recurso**
 145 **Eleitoral Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia**, no qual a
 146 Coligação “União pelas Mudanças”, por seus Delegados, recorre
 147 contra decisão da 175ª Junta Apuradora (15ª Seção) que considerou
 148 nulo 01 (um) voto para Deputado Federal, quando deveria ter sido
 149 computado para o candidato de nº 1111 (Severino Cavalcanti). Após o
 150 relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 151 opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente,
 152 nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento
 153 ao recurso”; **PROCESSO Nº 5075/98 – Classe VI – Recurso**
 154 **Eleitoral Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia**, no qual a
 155 Coligação “União por Pernambuco” – UPE, por seus Delegados,
 156 recorre contra decisão da 175ª Junta Apuradora (7ª, 10ª e 17ª Seções)
 157 que considerou válidos 07 (sete) votos para o candidato ao cargo de
 158 Deputado Estadual João Bosco Lacerda de Alencar, nº 40211, quando
 159 deveriam ter sido considerados nulos. Após o relatório, emitiu parecer
 160 oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo provimento
 161 parcial do recurso, para anular os votos computados para o candidato
 162 de nº 40211 (cédulas de fls. 05, 11, 12, 13, 14 e 15), mantendo-se a
 163 decisão da Junta em relação à cédula de fl. 21. DECISÃO:
 164 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 165 dar provimento parcial ao recurso, anulando-se os votos computados
 166 para o candidato de nº 40211 (cédulas de fls. 05, 11, 12, 13, 14 e 15) e
 167 mantendo-se a decisão da Junta em relação à cédula de fl. 21”;
 168 **PROCESSO Nº 5076/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller initials in the center, and a signature on the right.

169 **Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia**, no qual a Coligação
 170 “União por Pernambuco” - UPE, por seus Delegados, recorre contra
 171 decisão da 175ª Junta Apuradora (8ª, 20ª e 23ª Seções) que considerou
 172 válidos 05 (cinco) votos para o candidato a Deputado Estadual João
 173 Bosco Lacerda, nº 40211, quando deveriam ter sido computados para
 174 a legenda de nº 40. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador
 175 Regional Eleitoral, opinando pelo provimento parcial do recurso, para
 176 computar o voto da cédula de fl. 19 para a legenda de nº 40 (Deputado
 177 Estadual). Mantida a decisão da Junta em relação às demais cédulas.
 178 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 179 decidiu o TRE dar provimento parcial ao recurso, para computar o
 180 voto da cédula de fl. 19 para a legenda de nº 40 (Deputado Estadual),
 181 mantendo-se a decisão da Junta em relação às demais cédulas”;
 182 **PROCESSO Nº 5077/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
 183 **Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia**, no qual a Coligação
 184 “União por Pernambuco” - UPE, por seus Delegados, recorre contra
 185 decisão da 175ª Junta Apuradora (18ª, 22ª, 23ª e 24ª Seções) que
 186 considerou válidos 07 (sete) votos para a legenda de nº 11, quando
 187 deveriam ter sido computados 06 (seis) votos para o candidato a
 188 Deputado Estadual Cavalcanti Júnior, nº 11112 e 01 (um) voto para o
 189 candidato a Deputado Federal Severino Cavalcanti, nº 1111. Após o
 190 relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 191 opinando pelo provimento parcial do recurso, para computar 01 (um)
 192 voto para o candidato a Deputado Estadual Cavalcanti Júnior, nº
 193 11112 (cédula de fl. 05), e 01 (um) voto para o candidato a Deputado
 194 Federal Severino Cavalcanti, nº 1111 (cédula de fl. 17). DECISÃO:
 195 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 196 dar provimento parcial do recurso, para computar 01 (um) voto para o
 197 candidato a Deputado Estadual Cavalcanti Júnior, nº 11112 (cédula de
 198 fl. 05), e 01 (um) voto para o candidato a Deputado Federal Severino
 199 Cavalcanti, nº 1111 (cédula de fl. 17)”;
 200 **PROCESSO Nº 5078/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 137ª Zona Eleitoral –**
 201 **Moreilândia**, no qual a Coligação “União por Pernambuco” - UPE,
 202 por seus Delegados, recorre contra decisão da 175ª Junta Apuradora
 203 (16ª Seção) que considerou nulos 01 (um) voto para Deputado Federal
 204 e 01 (um) voto para Deputado Estadual, quando deveriam ter sido
 205 computados 01 (um) voto para o candidato a Deputado Federal, nº
 206 1111 (Severino Cavalcanti) e 01 (um) voto para o candidato a
 207 Deputado Estadual, nº 11112 (Cavalcanti Júnior). Após o relatório,
 208 emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo
 209 provimento parcial do recurso, para considerar válida a cédula de fl.
 210 06, computando-se o voto, para Deputado Federal, para o candidato de
 211 nº 1111 e, para Deputado Estadual, para o candidato de nº 11112.
 212 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature in the center, a signature to the right, and a signature to the left.

213 decidiu o TRE dar provimento parcial do recurso, para considerar
 214 válida a cédula de fl. 06, computando-se o voto, para Deputado
 215 Federal, para o candidato de nº 1111 e, para Deputado Estadual, para
 216 o candidato de nº 11112.”; **PROCESSO Nº 5079/98 – Classe VI –**
 217 **Recurso Eleitoral Ordinário – 137ª Zona Eleitoral – Moreilândia,**
 218 no qual a Coligação “União por Pernambuco” - UPE, por seus
 219 Delegados, recorre contra decisão da 175ª Junta Apuradora (11ª
 220 Seção) que considerou nulo 01 (um) voto para Deputado Estadual,
 221 quando deveria ter sido computado para o candidato Cavalcanti
 222 Júnior, nº 11112. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador
 223 Regional Eleitoral, opinando pelo improvimento do recurso.
 224 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 225 decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO Nº**
 226 **5080/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 137ª Zona**
 227 **Eleitoral – Moreilândia,** no qual a Coligação “União por
 228 Pernambuco” - UPE, por seus Delegados, recorre contra decisão da
 229 175ª Junta Apuradora (16ª Seção) que considerou nulo 01 (um) voto
 230 para Deputado Federal, quando deveria ter sido computado em favor
 231 da legenda de nº 11 (PPB). Após o relatório, emitiu parecer oral o
 232 Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo improvimento do
 233 recurso. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 234 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO**
 235 **Nº 5082/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 137ª Zona**
 236 **Eleitoral – Moreilândia,** no qual a Coligação “União por
 237 Pernambuco” - UPE, por seus Delegados, recorre contra decisão da
 238 175ª Junta Apuradora (21ª Seção) que considerou nulo 01 (um) voto
 239 para Governador, quando deveria ter sido computado para Jarbas
 240 Vasconcelos. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador
 241 Regional Eleitoral, opinando pelo improvimento do recurso.
 242 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 243 decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; e **PROCESSO Nº**
 244 **5081/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 137ª Zona**
 245 **Eleitoral – Moreilândia,** no qual a Coligação “União por
 246 Pernambuco” - UPE, por seus Delegados, recorre contra decisão da
 247 175ª Junta Apuradora (20ª Seção) que considerou válida 01 (uma)
 248 cédula da eleição proporcional, quando deveria ter sido nula, uma vez
 249 que o eleitor (fiscal) identificou-se, oralmente, durante a apuração.
 250 Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 251 opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente,
 252 nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento
 253 ao recurso.” Com a palavra o Juiz Mário Gil, que trouxe a julgamento,
 254 independente de pauta, os seguintes feitos: **PROCESSO Nº 5013/98 –**
 255 **Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona Eleitoral –**
 256 **Joaquim Nabuco,** no qual a Coligação “União por Pernambuco” -

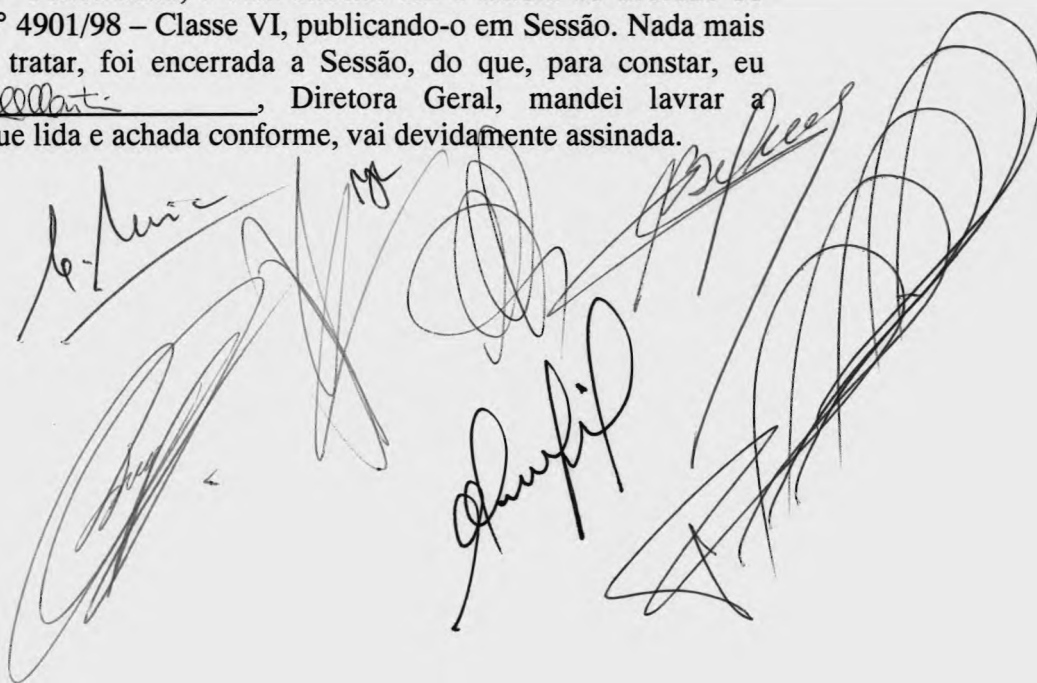
The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Mário Gil'. To its right, there are several smaller, more compact signatures and initials, including one that looks like 'M', another like 'P', and a cluster of three on the far right that resemble 'M', 'M', and 'M'. The signatures are written over the bottom portion of the text, partially obscuring the last few lines.

257 UPE recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora (3ª Seção) que
 258 considerou válido 01 (um) voto para o candidato ao cargo de
 259 Governador, nº 40, quando deveria ter sido considerado nulo. Após o
 260 relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 261 opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente,
 262 nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento
 263 ao recurso.”; **PROCESSO Nº 5032/98 – Classe VI – Recurso**
 264 **Eleitoral Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no
 265 qual a Coligação “União por Pernambuco” – UPE, por seus
 266 advogados, recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora (29ª
 267 Seção) que considerou válido 01 (um) voto para a legenda de nº 40,
 268 para o cargo de Deputado Federal. Após o relatório, emitiu parecer
 269 oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo provimento do
 270 recurso, para computar o voto para o candidato de nº 4010.
 271 DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator,
 272 decidiu o TRE dar provimento ao recurso, computando-se o voto para
 273 o candidato ao cargo de Deputado Federal nº 4010.”; **PROCESSO Nº**
 274 **5016/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona**
 275 **Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a Coligação “União por
 276 Pernambuco” – UPE recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora
 277 (2ª Seção) que considerou válida 01 (uma) cédula, quando deveria ter
 278 sido considerada nula, por conter apenas a assinatura de um dos
 279 membros da mesa receptora. Após o relatório, emitiu parecer oral o
 280 Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo improvimento do
 281 recurso. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 282 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO**
 283 **Nº 5014/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona**
 284 **Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a Coligação “União por
 285 Pernambuco” – UPE, por seu advogado, recorre contra decisão da
 286 147ª Junta Apuradora (5ª Seção) que anulou 01 (um) para o cargo de
 287 Senador, quando deveria ter sido computado para o candidato de nº
 288 25. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional
 289 Eleitoral, opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO:
 290 “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE
 291 negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO Nº 5005/98 – Classe VI**
 292 **– Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim**
 293 **Nabuco**, no qual a Coligação “Frente Popular de Pernambuco” - FPP
 294 recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora (19ª Seção) que
 295 considerou válido 01 (um) voto para o candidato ao cargo de
 296 Deputado Federal, nº 2525, quando deveria ter sido computado para o
 297 candidato ao cargo de Deputado Estadual de nº 25125. Após o
 298 relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 299 opinando pelo não conhecimento do recurso, face à ilegitimidade do
 300 Recorrente. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller, more compact signatures and initials, including one that appears to be 'M' and another that looks like 'el'. On the far right, there is a signature that resembles 'eeee' and another that is a simple, bold stroke.

301 Relator, decidiu o TRE não conhecer do recurso, face à ilegitimidade
 302 do Recorrente.”; **PROCESSO Nº 5010/98 – Classe VI – Recurso**
 303 **Eleitoral Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no
 304 qual a Coligação “Frente Popular de Pernambuco” - FPP recorre
 305 contra decisão da 147ª Junta Apuradora (14ª Seção) que considerou
 306 válido 01 (um) voto para a legenda de nº 40, quando deveria ter sido
 307 computado para o candidato a Deputado Federal de nº 4030. Após o
 308 relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
 309 opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente,
 310 nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento
 311 ao recurso.”; **PROCESSO Nº 5007/98 – Classe VI – Recurso**
 312 **Eleitoral Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no
 313 qual a Coligação “Frente Popular de Pernambuco” - FPP recorre
 314 contra decisão da 147ª Junta Apuradora (18ª Seção) que considerou
 315 válido 01 (um) voto dado para o candidato a Deputado Estadual de nº
 316 25111, quando deveria ter sido considerado nulo. Após o relatório,
 317 emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo
 318 provimento do recurso, para considerar nulo o voto para Deputado
 319 Estadual. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do voto do Juiz
 320 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO**
 321 **Nº 5008/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona**
 322 **Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a Coligação “Frente Popular de
 323 Pernambuco” - FPP recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora
 324 (2ª Seção) que considerou nulo o voto dado ao cargo de Deputado
 325 Federal, quando deveria ter sido computado para o candidato de nº
 326 4010. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional
 327 Eleitoral, opinando pelo provimento do recurso. DECISÃO: “Por
 328 maioria, vencido o Juiz Castro Meira, nos termos do voto do Juiz
 329 Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; **PROCESSO**
 330 **Nº 5012/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral Ordinário – 111ª Zona**
 331 **Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a Coligação “União por
 332 Pernambuco” – UPE recorre contra decisão da 147ª Junta Apuradora
 333 (1ª Seção) que considerou válido 01 (um) voto para o candidato a
 334 Deputado Federal de nº 4010, quando deveria ter sido considerado
 335 nulo. Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional
 336 Eleitoral, opinando pelo provimento do recurso, para anular o voto
 337 dado ao candidato de nº 4010. DECISÃO: “Unanimemente, nos
 338 termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento ao
 339 recurso.”; **PROCESSO Nº 5011/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
 340 **Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a
 341 Coligação “Frente Popular de Pernambuco” – FPP recorre contra
 342 decisão da 147ª Junta Apuradora (15ª Seção) que considerou válido 01
 343 (um) voto para o candidato ao cargo de Deputado Federal, nº 2525,
 344 quando deveria ter sido considerado nulo. Após o relatório, emitiu

345 parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo
346 improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do
347 voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”;
348 **PROCESSO Nº 5009/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
349 **Ordinário – 111ª Zona Eleitoral – Joaquim Nabuco**, no qual a
350 Coligação “Frente Popular de Pernambuco” – FPP recorre contra
351 decisão da 147ª Junta Apuradora (3ª Seção) que considerou nulo o
352 voto dado ao cargo de Deputado Estadual, quando deveria ter sido
353 computado para o candidato de nº 40111. Após o relatório, emitiu
354 parecer oral o Procurador Regional Eleitoral, opinando pelo
355 improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente, nos termos do
356 voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento ao recurso.”; e
357 **PROCESSO Nº 5025/98 – Classe VI – Recurso Eleitoral**
358 **Ordinário – 30ª Zona Eleitoral – Chã Grande (Gravatá)**, no qual a
359 Coligação “União por Pernambuco” – UPE recorre contra decisão da
360 36ª Junta Apuradora (137ª Seção) que considerou 02 (dois) votos para
361 o candidato de nº 40123, quando deveriam ter sido considerados nulos.
362 Após o relatório, emitiu parecer oral o Procurador Regional Eleitoral,
363 opinando pelo improvimento do recurso. DECISÃO: “Unanimemente,
364 nos termos do voto do Juiz Relator, decidiu o TRE negar provimento
365 ao recurso.” Finalizando, o Juiz Relator fez a leitura do acórdão do
366 Processo nº 4901/98 – Classe VI, publicando-o em Sessão. Nada mais
367 havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, do que, para constar, eu
368 _____, Diretora Geral, mandei lavrar a
369 presente, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

The block contains several handwritten signatures in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'Le-Neice'. In the center, there is a signature that looks like 'J. Relator'. To the right of the center, there is a signature that appears to be 'Diretora Geral'. On the far right, there is a large, complex signature that is difficult to decipher but seems to be a full name. There are also some smaller, less distinct signatures scattered around the main ones.